



**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Superior II
Contador**

Nome do Candidato _____
Caderno de Prova '12', Tipo 001

Nº de Inscrição _____
MODELO

Nº do Caderno _____
MODELO1

Nº do Documento _____
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Redação**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Os anônimos

Na história de Branca de Neve, a rainha má consulta o seu espelho e pergunta se existe no reino uma beleza maior do que a sua. Os espelhos de castelo, nos contos de fada, são um pouco como certa imprensa brasileira, muitas vezes dividida entre as necessidades de bajular o poder e de refletir a realidade. O espelho tentou mudar de assunto, mas finalmente respondeu: "Existe". Seu nome: Branca de Neve.

A rainha má mandou chamar um lenhador e instruiu-o a levar Branca de Neve para a floresta, matá-la, desfazer-se do corpo e voltar para ganhar sua recompensa. Mas o lenhador poupou Branca de Neve. Toda a história depende da compaixão de um lenhador sobre o qual não se sabe nada. Seu nome e sua biografia não constam em nenhuma versão do conto. A rainha má é a rainha má, claramente um arquétipo, e os arquétipos não precisam de nome. O Príncipe Encantado, que aparecerá no fim da história, também não precisa. É um símbolo reincidente, talvez nem a Branca de Neve se dê ao trabalho de descobrir seu nome. Mas o personagem principal da história, sem o qual a história não existiria e os outros personagens não se tornariam famosos, não é símbolo de nada. Ele só entra na trama para fazer uma escolha, mas toda a narrativa fica em suspenso até que ele faça a escolha certa, pois se fizer a errada não tem história. O lenhador compadecido representa dois segundos de livre-arbítrio que podem desregular o mundo dos deuses e dos heróis. Por isso é desprezado como qualquer intruso e nem aparece nos créditos.

Muitas histórias mostram como são os figurantes anônimos que fazem a história, ou como, no fim, é a boa consciência que move o mundo. Mas uma das pessoas do grupo em que conversávamos sobre esses anônimos discordou dessa tese, e disse que a entrada do lenhador simbolizava um problema da humanidade, que é a dificuldade de conseguir empregados de confiança, que façam o que lhes for pedido.

(Adaptado de Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**)

1. O autor do texto considera que, em muitas histórias, certos personagens anônimos
 - (A) revestem-se de um caráter eminentemente simbólico, ainda que secundário para o desenvolvimento da trama.
 - (B) representam a desordem do acaso, entendido este como o destino que os deuses escolhem para a história humana.
 - (C) equiparam-se a símbolos reincidentes, como o Príncipe, para melhor sublinharem o ensinamento de uma fábula.
 - (D) têm crucial relevância para a história, ainda que relegados à obscuridade de transitórios figurantes.
 - (E) tornam-se irrelevantes depois de seu desempenho, na sequência de eventos independentes de sua participação.
2. O autor do texto levanta a seguinte hipótese para justificar o modo pelo qual personagens como o lenhador são anônimos em muitas histórias: eles seriam vistos como responsáveis por
 - (A) uma escolha pessoal e independente, que não deixa de afrontar uma instância superior já estabelecida.
 - (B) atos de subversão e anarquia, dado que, para atender a vontade dos deuses, ignoram a dos homens.
 - (C) decisões éticas basicamente preocupadas em conciliar a justiça terrena e a vontade divina.
 - (D) uma escolha irracional, justificável pela precária condição cultural que os caracteriza.
 - (E) uma reação de tal modo imprevisível que impossibilita uma sequência lógica de eventos.
3. Deve-se deduzir do texto que a razão pela qual os arquétipos não precisam de nome é que
 - (A) seu papel, tal como o do lenhador, já está estabelecido pelo Destino.
 - (B) sua importância, como a do lenhador, é casual, servindo para acentuar o realismo da narrativa.
 - (C) sua significação, tal como a do Príncipe Encantado, já está estabelecida pela tradição das histórias.
 - (D) sua função, tal como a da imprensa, é oscilar entre a necessidade pública e o interesse privado.
 - (E) sua relevância, tal como a da rainha má, está em representar uma rápida indecisão.
4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um elemento do texto em:
 - (A) *dividida entre as necessidades* (1º parágrafo) = açodada pelos desejos.
 - (B) *de bajular o poder e de refletir a realidade* (1º parágrafo) = de cortejar a instância superior e obliterar o real.
 - (C) *Toda a história depende da compaixão* (2º parágrafo) = toda a narrativa suscita um compadecimento.
 - (D) *É um símbolo reincidente* (2º parágrafo) = simboliza uma reiteração.
 - (E) *só entra na trama para fazer uma escolha* (2º parágrafo) = não participa do enredo senão para assumir uma opção.



5. Para uma das pessoas do nosso grupo, a entrada do lenhador simbolizava a dificuldade de conseguir empregados obedientes.
- Refaz-se a redação da frase acima, mantendo-se a correção, a clareza e a coerência em:
- (A) Entendeu uma das pessoas do nosso grupo de que o ingresso do lenhador era para ilustrar a dificuldade dos serviços submissos.
- (B) A participação do lenhador, segundo alguém do nosso grupo, indicava o quanto é raro encontrar funcionários que acatem as ordens.
- (C) É a dificuldade de acesso a empregados leais que justifica a entrada em cena da figura do lenhador, conforme asseverou um de nós.
- (D) Manifestou-se uma pessoa do nosso grupo no sentido de esclarecer a entrada do lenhador, símbolo desses empregados difíceis de obedecer.
- (E) O lenhador entrou na história, conforme foi aventado entre nós, para se constituir um exemplo da dificuldade da insubmissão.
-
6. As normas de concordância verbal estão plenamente contempladas na frase:
- (A) Sempre poderá ocorrer, num espelho mágico ou na nossa imprensa, hesitações entre adular o poderoso e refletir a realidade.
- (B) Assim como o lenhador, outros personagens há, nas histórias de fadas, cujo modesto desempenho acarretam efeitos decisivos para a trama.
- (C) Reservam-se a personagens como o Príncipe Encantado, símbolos reincidentes dessas histórias, uma função das mais previsíveis.
- (D) O autor sugere que, na história da humanidade, exercem papéis da maior relevância quem acaba permanecendo no anonimato.
- (E) Entre as virtudes do lenhador consta, não restam quaisquer dúvidas, a da compaixão, sem falar na coragem de sua escolha.
-
7. É preciso **corrigir** a má estruturação da seguinte frase:
- (A) O generoso lenhador praticamente não hesitou entre cumprir uma ordem cruel ou, num impulso de compaixão, desobedecê-la.
- (B) Embora sua escolha tendo sido decisiva para a trama, o anonimato do lenhador é intrigante, comparado a outros papéis.
- (C) É muito comum surgirem personagens arquetípicos nos contos de fadas, tais como os príncipes encantados ou as rainhas más.
- (D) A compaixão pode ser humildemente anônima, sugere o autor, ao passo que as qualidades dos poderosos surgem com um brilho ostensivo.
- (E) Caso fosse o lenhador um homem submisso, outra história seria narrada, em nada lembrando nossa conhecida "Branca de Neve".
-
8. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:
- (A) O Príncipe é um símbolo reincidente, a cujo nome pessoal talvez nem mesmo a Branca de Neve tenha conhecimento.
- (B) A necessidade de bajular o poder é um vício de que muita gente da imprensa não consegue se esquivar.
- (C) A trama com a qual o personagem anônimo participa jamais seria a mesma sem o seu concurso.
- (D) Em dois segundos o lenhador tomou uma decisão na qual decorreria toda a trama já conhecida de Branca de Neve.
- (E) Os figurantes anônimos muitas vezes são responsáveis por uma ação em que irão depender todas as demais.
-
9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:
- (A) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes, de pequenas providências que, tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (B) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes, de pequenas providências que tomadas por figurantes, aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (C) Os personagens principais de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela dependem muitas vezes de pequenas providências, que, tomadas por figurantes aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (D) Os personagens principais, de uma história, responsáveis pelo sentido maior dela, dependem, muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes aparentemente sem importância, ditam o rumo de toda a história.
- (E) Os personagens principais de uma história, responsáveis, pelo sentido maior dela, dependem muitas vezes de pequenas providências, que tomadas por figurantes, aparentemente, sem importância, ditam o rumo de toda a história.
-
10. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Um figurante pode obscurecer a atuação de um protagonista**, a forma verbal obtida será:
- (A) pode ser obscurecido.
- (B) obscurecerá.
- (C) pode ter obscurecido.
- (D) pode ser obscurecida.
- (E) será obscurecida.



Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Uns e outros

Trabalhar em grupo é uma operação tão prestigiada – na escola, no trabalho, no clube – que ninguém a discute. O que é um perigo: as verdades dadas como indiscutíveis costumam paralisar as iniciativas.

Num trabalho em equipe, valoriza-se tanto o sentido do coletivo que a importância do indivíduo pode acabar subestimada. Tal depreciação interfere na produção do grupo – o que nos leva à óbvia conclusão de que o sucesso de um trabalho em equipe supõe a satisfação individual. Reconhecer o rosto de cada membro num time de verdade não é ceder a algum nefasto individualismo: é saber reconhecer e identificar o valor de cada sujeito.

É comum ouvir-se a respeito de um jogo de vôlei, no qual o Brasil se destaca: “A seleção brasileira não está jogando bem porque está jogando sem alegria”. Há aqui uma grande verdade: faltando a cada um dos jogadores essa força subjetiva, da vontade alegre e determinada, o grupo todo se ressentido e joga mal. Não se trata de falta de técnica ou de tática, que costumam sobrar em nossa seleção de vôlei: trata-se do súbito arrefecimento daquela chama interior que, em qualquer atividade em grupo, promove a motivação do indivíduo à motivação do grupo, da qual resultará um reforço ainda maior para o desempenho individual.

(Nestor Correa Lima, inédito)

11. O autor defende em seu texto uma tese central: nas atividades em grupo,

- (A) o que de fato importa é a sensação individual de que o trabalho esteja sendo bem conduzido.
- (B) a interação entre os indivíduos não depende da disposição de cada um, mas de todo o conjunto.
- (C) a força do trabalho coletivo é basicamente determinada pelo ânimo do empenho individual.
- (D) a falta de disposição do conjunto acaba acarretando o arrefecimento do empenho individual.
- (E) o valor maior de um trabalho coletivo está em absolutizar a importância do prazer individual.

12. Estão empregados com uma significação muito próxima, no contexto em que surgem:

- (A) *verdades indiscutíveis* e *iniciativas* (1º parágrafo).
- (B) *importância subestimada* e *depreciação* (2º parágrafo).
- (C) *satisfação individual* e *nefasto individualismo* (2º parágrafo).
- (D) *chama interior* e *súbito arrefecimento* (3º parágrafo).
- (E) *súbito arrefecimento* e *falta de técnica* (3º parágrafo).

13. Está clara e correta a seguinte redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Contra o lugar-comum da indiscutível vantagem do trabalho em grupo, o autor prefere discutir a específica importância do ânimo individual.
- (B) Sendo a favor do ânimo individual, o trabalho coletivo, segundo o autor, acaba dependendo tanto dele que não há mais como ignorar-lhe.
- (C) Ainda que muitos privilegiem o trabalho em grupo, não ocorre o mesmo com a importância do indivíduo, que tanto concorre para o sucesso coletivo.
- (D) O sucesso do grupo não está intrinsecamente alheio ao sucesso individual, ao contrário, este se traduz, em grande parte, no resultado daquele.
- (E) Não há porquê imaginar que a satisfação individual de um promova qualquer embaraço para o sentido do coletivo, dado que um sem o outro torna-se improdutivo.

14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher adequadamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Aos esforços de cada um dos indivíduos (**competir**), muitas vezes, promover as conquistas de um grupo.
- (B) Não (**cumprir**) aos membros de um grupo culpar-se individualmente pelo fracasso de um trabalho.
- (C) Sim, a união faz a força, mas a cada um dos indivíduos do grupo (**caber**) também contar com suas próprias forças.
- (D) Não se imagine que das renúncias pessoais dos indivíduos (**depender**) o sucesso de um grupo.
- (E) Os ganhos que se (**obter**) com o trabalho de um grupo traduzem o comprometimento de cada indivíduo.

15. Está adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Não imaginou que prejudicaria o grupo se atender a uma necessidade que fosse inteiramente sua.
- (B) Caso a partida de vôlei terminasse naquele instante, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano restará prejudicado.
- (C) A menos que se promova alguma mudança na condução deste trabalho, nosso grupo estaria fadado a fracassar.
- (D) Ainda que surgissem dificuldades maiores do que as que o nosso grupo enfrentou, elas haveriam de ser transpostas.
- (E) Nenhum de nós teria enfrentado tantos dissabores pessoais, caso os líderes do grupo houvessem demonstrado maior generosidade.



Legislação

16. Analise as seguintes assertivas atinentes à INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária:

- I. Tem sede e foro na Capital Federal.
- II. Trata-se de sociedade de economia mista.
- III. Para a realização de sua finalidade compete-lhe, dentre outras atribuições, superintender, apenas de forma técnica e operacional, as unidades da infraestrutura aeroportuária.
- IV. Tem por finalidade, dentre outras, explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária que lhe for atribuída pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, III e IV.

17. No que concerne às disposições sobre Direito Internacional Privado, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, é correto afirmar:

- (A) Os direitos reais e os privilégios de ordem privada sobre aeronaves regem-se pela lei do país onde se encontrar a aeronave.
- (B) Os atos que, originados de aeronave, produzirem efeito no Brasil, regem-se por suas leis, salvo se iniciados no território estrangeiro.
- (C) As medidas assecuratórias de direito regulam-se pela lei do país da nacionalidade da aeronave, pouco importando onde esta se encontrar.
- (D) As avarias regulam-se pela lei brasileira quando a carga se destinar ao Brasil ou for transportada sob o regime de trânsito aduaneiro.
- (E) A assistência, o salvamento e o abaloamento regem-se pela lei da nacionalidade da aeronave.

18. Sobre os aeroportos, é correto afirmar:

- (A) Não compreendem áreas destinadas aos concessionários ou permissionários dos serviços aéreos.
- (B) A União tem a propriedade de todos os imóveis em que se situam os aeroportos.
- (C) Constituem universalidades, equiparadas a bens públicos federais, enquanto mantida a sua destinação específica.
- (D) Municípios não poderão contribuir com bens para a construção de aeroportos.
- (E) Compreendem áreas destinadas ao comércio apropriado para aeroporto, sendo que a utilização de área aeroportuária para tal finalidade não está sujeita à prévia licitação.

19. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o edital de licitação indicará, obrigatoriamente, dentre outras disposições,

- (A) o critério de reajuste, que deverá retratar a variação potencial do custo de produção.
- (B) o objeto da licitação, em descrição detalhada e clara, vedada a descrição sucinta.
- (C) condições distintas de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais.
- (D) se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido.
- (E) limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão previstos em conjunto com as demais parcelas.

20. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, é certo que:

- (A) o requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito.
- (B) o processo administrativo não poderá iniciar-se de ofício, somente a pedido de interessados; no entanto, a condução do processo poderá ser feita de ofício pela Administração Pública.
- (C) é possível à Administração recusar, ainda que imotivadamente, o recebimento de documentos, porém, o servidor deve sempre orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- (D) em regra, quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, eles não poderão ser formulados em um único requerimento, devendo ser formulados separadamente, em nome de cada interessado.
- (E) não é legitimado como interessado, no processo administrativo, aquele que, sem ter iniciado o processo, tem interesse que possa ser afetado pela decisão a ser adotada.

21. NÃO é causa de impedimento, para atuar em processo administrativo, o servidor ou autoridade que

- (A) tenha participado como perito, testemunha ou representante.
- (B) tiver interesse indireto na matéria.
- (C) estiver litigando administrativamente com o interessado.
- (D) tiver interesse direto na matéria.
- (E) tiver amizade íntima com algum dos interessados.

22. De acordo com a Lei nº 11.182/2005, na estrutura básica da ANAC, a Diretoria atuará em regime de colegiado e será composta por um Diretor-Presidente, além de

- (A) cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente voto ordinário.
- (B) um Vice-Diretor-Presidente e cinco Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (C) seis Diretores, que decidirão por maioria relativa, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (D) um Vice-Diretor-Presidente e quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente somente o voto de qualidade.
- (E) quatro Diretores, que decidirão por maioria absoluta, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o voto de qualidade.



23. Considere as seguintes assertivas atinentes ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

- I. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- II. A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
- III. Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- IV. Os repetidos erros do servidor, seu descaso e o acúmulo de desvios tornam-se, às vezes, difíceis de corrigir e caracterizam até mesmo imprudência no desempenho da função pública.

Está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

24. A respeito da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil – TFAC, considere:

- I. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, as empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de prestação de serviços aéreos comerciais.
- II. A TFAC não recolhida no prazo e na forma estabelecida em regulamento será acrescida de multa de mora de 20% (vinte por cento), reduzida a 10% (dez por cento) caso o pagamento seja efetuado até o último dia do mês subsequente ao do seu vencimento.
- III. Os débitos de TFAC não poderão ser parcelados em razão da sua natureza tributária e de arrecadação tarifária.
- IV. São sujeitos passivos da TFAC, dentre outros, os operadores de serviços aéreos privados, as exploradoras de infraestrutura aeroportuária e as agências de carga aérea.

De acordo com a Lei nº 11.182/2005, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

25. Em procedimentos licitatórios realizados na modalidade pregão, a Administração Pública **W** exigiu garantia de proposta e a Administração Pública **Z** impôs, como condição para participação no certame, a aquisição do edital pelos licitantes. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 10.520/2002,

- (A) ambas as Administrações praticaram condutas expressamente permitidas pela referida lei.
- (B) ambas as Administrações praticaram condutas vedadas pela referida lei.
- (C) somente a Administração **W** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (D) somente a Administração **Z** praticou conduta permitida pela referida lei.
- (E) ambas as condutas são permitidas, mas necessitam de prévia aprovação do chefe do Poder Executivo licitante.

26. A Secretaria de Aviação Civil tem como estrutura básica:

- (A) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até cinco Secretarias.
- (B) o Gabinete e a Secretaria-Administrativa, apenas.
- (C) o Gabinete, a Secretaria-Administrativa e até duas Secretarias.
- (D) a Secretaria-Executiva, a Secretaria-Administrativa e a Secretaria-Gerencial, apenas.
- (E) o Gabinete, a Secretaria-Executiva e até três Secretarias.



27. De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional,
- (A) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
 - (B) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
 - (C) ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado obrigatoriamente de forma direta a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, com exceção de setores independentes.
 - (D) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado necessariamente de forma direta a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (E) com obrigatória retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, apenas.

28. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, com relação à composição da tripulação considere:

- I. A função não remunerada, a bordo de aeronave de serviço aéreo privado, só pode ser exercida por tripulantes habilitados de nacionalidade brasileira.
- II. No serviço aéreo internacional poderão ser empregados comissários estrangeiros, contanto que o número não exceda 1/3 (um terço) dos comissários a bordo da mesma aeronave.
- III. A juízo da autoridade aeronáutica, poderão ser admitidos como tripulantes, em caráter provisório, instrutores estrangeiros, na falta de tripulantes brasileiros, devendo o contrato não exceder o prazo de três meses.
- IV. Na forma da regulamentação pertinente e de acordo com as exigências operacionais, a tripulação constituir-se-á de titulares de licença de voo e certificados de capacidade física e de habilitação técnica, que os credenciem ao exercício das respectivas funções.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29. No contrato de transporte aéreo de carga, segundo o Código Brasileiro de Aeronáutica, em regra, ao chegar a carga ao lugar do destino, se o destinatário não for encontrado ou não retirar a carga no prazo constante do aviso, o transportador deverá
- (A) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de quinze dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
 - (B) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade civil.
 - (C) devolver a carga imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa.
 - (D) avisar ao expedidor para retirá-la no prazo de trinta dias, a partir do aviso, sob pena de ser considerada abandonada.
 - (E) proceder novo aviso ao destinatário ou nova tentativa de localização, devendo devolver a carga após três tentativas comprovadamente frustradas.

30. Para a prestação de serviços aéreos não regulares de transporte de passageiro, carga ou mala postal, é necessária

- (A) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será transferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos improrrogáveis.
- (B) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 5 (cinco) anos, renovável por igual prazo.
- (C) autorização de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.
- (D) permissão de funcionamento do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos improrrogáveis.
- (E) concessão do Poder Executivo, a qual será intransferível, podendo estender-se por período de 3 (três) anos, renovável por igual prazo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No *Internet Explorer* 8, opções tais como: tamanho do texto, código-fonte, codificação e estilo são integrantes do menu
- (A) Ferramentas.
 - (B) Exibir.
 - (C) Arquivo.
 - (D) Editar.
 - (E) Opções da Internet.
-
32. O *Advance Fee Fraud* ou a fraude da antecipação de pagamentos, como é o caso do golpe da Nigéria, é um tipo de golpe, entre outros, usado na Internet para comumente obter vantagens financeiras dos incautos, denominado
- (A) *bot*.
 - (B) *screenlogger*.
 - (C) vírus de macro.
 - (D) *scam*.
 - (E) *spyware*.
-
33. Apresenta como característica a não alteração do conteúdo do computador no qual é executado, tanto da memória física quanto dos registros, porque é processado diretamente de um dispositivo que o contém, como um *pen drive*, por exemplo. Assim, após finalizado, o aplicativo não deixa *rastros* no computador que, entretanto, deve atender aos requisitos do programa, como memória RAM e velocidade do processador. Trata-se de
- (A) *software* caseiro.
 - (B) micro aplicativo.
 - (C) *software* portátil.
 - (D) porta executável.
 - (E) programa padrão.
-
34. Um computador é constituído de um conjunto de periféricos. Para controlar cada um deles, o sistema operacional precisa de uma interface de *software* entre ele e o *hardware* que é o
- (A) *link*.
 - (B) *eprom*.
 - (C) *drive*.
 - (D) *setup*.
 - (E) *driver*.
-
35. Na célula A1 de uma planilha *MS-Excel* 2007 foi digitado "43 + base" e, na célula A2, foi digitado "44 + base". Pela alça de preenchimento, A1 em conjunto com A2 foram arrastadas até A4 e, depois, as células de A1 até A4 foram arrastadas para a coluna B. Desta forma, após a operação completa de arrasto, a célula B3 apresentou o resultado:
- (A) 45 + base.
 - (B) 46 + base.
 - (C) 47 + base.
 - (D) 48 + base.
 - (E) 49 + base.



36. Em relação às alterações promovidas na Lei nº 6.404/1976 pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2008, é correto afirmar:
- (A) Os prêmios recebidos pela companhia na emissão de debêntures deixaram de ser contabilizados como receita.
 - (B) Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo passaram a ser ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
 - (C) A realização da reserva de reavaliação passou a ser classificada como receita não operacional em vez de operacional.
 - (D) Os seguintes grupos do Balanço Patrimonial foram extintos: Ativo Intangível e Resultado de Exercícios Futuros.
 - (E) As companhias, fechadas ou abertas, passaram a ser obrigadas a elaborar a Demonstração do Valor Adicionado.
-
37. São dadas as seguintes informações, em R\$, extraídas da escrituração contábil da Cia. ABC, que elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método direto:
- | | |
|---|------------|
| Saldo da conta Duplicatas a Receber em 31-12-2009..... | 385.890,00 |
| Saldo da conta Duplicatas a Pagar em 31-12-2010..... | 388.650,00 |
| Vendas efetuadas pela companhia no exercício de 2010..... | 956.230,00 |
| Compras efetuadas pela companhia no exercício de 2010 | 487.340,00 |
| Saldo da conta Duplicatas a Pagar em 31-12-2009..... | 416.220,00 |
| Saldo da conta Duplicatas a Receber em 31-12-2010..... | 352.810,00 |
- O valor das vendas recebidas dos clientes no exercício de 2010 foi, em R\$,
- (A) 923.150,00
 - (B) 928.660,00
 - (C) 983.800,00
 - (D) 989.310,00
 - (E) 738.000,00
-
38. Na Demonstração do Valor Adicionado,
- (A) o valor das vendas de mercadorias, produtos e serviços não inclui o valor dos tributos recuperáveis.
 - (B) a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser somada ao valor das vendas para determinar o valor total das receitas da entidade.
 - (C) as receitas financeiras auferidas pela entidade integram o cálculo da riqueza criada pela própria entidade.
 - (D) os impostos e contribuições não cumulativos, na distribuição do valor adicionado, devem ser calculados somente pelos valores devidos na operação de venda.
 - (E) o resultado positivo da equivalência patrimonial integra o valor adicionado transferido por terceiros para a entidade.
-
39. A Cia. Cruzeiro do Sul é coligada da Cia. Estrela do Norte, da qual detém uma participação de 30% no capital votante. A referida participação não está disponível para venda. O referido investimento é classificado no Ativo Não Circulante e avaliado, na contabilidade da investidora, pelo
- (A) custo de aquisição.
 - (B) valor líquido de realização.
 - (C) método da equivalência patrimonial.
 - (D) valor justo.
 - (E) valor cotado para a ação na Bolsa de Valores, se a investida for de capital aberto.



40. A Cia.B é controlada pela Cia.A. Os balanços patrimoniais das duas companhias, referentes ao exercício encerrado em 31-12-2010, estão descritos a seguir:

ATIVO	Cia.A	Cia.B
Disponível	250.000,00	150.000,00
Clientes	540.000,00	290.000,00
Estoques	330.000,00	140.000,00
Investimento na Cia. B	400.000,00	–
Imobilizado Líquido	590.000,00	420.000,00
TOTAL DO ATIVO	2.110.000,00	1.000.000,00
PASSIVO		
Fornecedores	470.000,00	220.000,00
Contas a Pagar	260.000,00	130.000,00
PL		
Capital	820.000,00	450.000,00
Reservas	560.000,00	200.000,00
TOTAL DO PASSIVO + PL	2.110.000,00	1.000.000,00

Efetuando-se a consolidação dos balanços, o valor do Patrimônio Líquido consolidado corresponderá a, em R\$,

- (A) 1.630.000,00
- (B) 2.030.000,00
- (C) 1.380.000,00
- (D) 2.110.000,00
- (E) 3.110.000,00

41. A Cia. Paratodos, no presente exercício de 2011, mantém na sua escrituração contábil um ativo financeiro destinado para venda, cuja taxa de rendimento havia sido prefixada em 12% a.a. Se a taxa de juros de mercado para esse tipo de papel diminuir para 10% a.a., a Companhia, em obediência às novas regras de avaliação de ativos e passivos prescritas pelas atuais normas contábeis brasileiras, deve

- (A) diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- (B) aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de ajuste de avaliação patrimonial.
- (C) diminuir o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
- (D) aumentar o valor do ativo em contrapartida a uma conta de resultado.
- (E) deixar inalterado o valor contábil do ativo, pois este ainda não foi negociado.

42. Em relação aos tributos cobrados no Brasil, é correto afirmar:

- (A) O Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é um tributo cumulativo, de competência dos Estados, que compartilham sua arrecadação com os municípios.
- (B) A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) não incide sobre as importações de bens e serviços.
- (C) A Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) tem como base de cálculo a folha de salários quando o contribuinte é uma entidade sem fins lucrativos.
- (D) O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras efetuadas por pessoas jurídicas com fins lucrativos é considerado como tributação definitiva, não integrando o lucro real, o lucro presumido e o lucro arbitrado.
- (E) A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido tem exatamente a mesma base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, sendo considerada um adicional a este tributo.



43. A Cia. Gama criou uma subsidiária integral no exterior, investindo a quantia de 500.000 dólares americanos a título de integralização de capital, sendo que a cotação do dólar, na época, era de R\$ 1,50. No final do exercício, essa subsidiária apresentou um lucro de 100.000 dólares americanos, data em que a cotação do dólar havia aumentado para R\$ 1,60. A contabilização do ajuste, segundo o Pronunciamento Técnico do CPC, deverá ser, em R\$,

(A)	D Investimentos no exterior (Ativo Não Circulante).....	210.000,00
	C. Ajuste de conversão cambial (Patrimônio Líquido).....	50.000,00
	C Receita da equivalência patrimonial (Resultado).....	160.000,00
(B)	D Investimentos no exterior (Ativo Não Circulante).....	150.000,00
	D. Ajuste de conversão cambial (reduzora do Patrimônio Líquido)	50.000,00
	C Receita da equivalência patrimonial (Resultado).....	200.000,00
(C)	D Investimentos no exterior (Ativo Não Circulante).....	210.000,00
	D. Ajuste de conversão cambial (reduzora do Patrimônio Líquido)	50.000,00
	C Receita da equivalência patrimonial (Resultado).....	260.000,00
(D)	D Investimentos no exterior (Ativo Não Circulante).....	100.000,00
	C. Ajuste de conversão cambial (Patrimônio Líquido).....	50.000,00
	C Receita da equivalência patrimonial (Resultado).....	150.000,00
(E)	D Investimentos no exterior (Ativo Não Circulante).....	160.000,00
	D. Ajuste de conversão cambial (reduzora do Patrimônio Líquido)	50.000,00
	C Receita da equivalência patrimonial (Resultado).....	210.000,00

44. Uma companhia comercial varejista adquiriu 1.000 unidades de um determinado produto pelo valor unitário de R\$ 10,00, tendo pago o IPI de 10% incidente sobre a compra, cujo valor total foi R\$ 11.000,00. Posteriormente, ela revendeu 80% do lote por R\$ 25,00 cada unidade. Ambas as operações foram tributadas pelo ICMS à alíquota de 18% e a companhia está sujeita à incidência do PIS e da COFINS no regime da não cumulatividade. O valor do ICMS que a empresa deveria recolher à Fazenda Estadual, considerando-se apenas essas operações, seria, em R\$,

- (A) 3.600,00
(B) 1.800,00
(C) 1.620,00
(D) 1.980,00
(E) 2.700,00

45. São dadas as seguintes informações, em R\$, relativas ao mês de maio de 2011, retiradas da escrituração contábil da Cia. Monte Azul, que é tributada pelo imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real:

Receita da venda de mercadorias.....	800.000,00
Devolução de vendas.....	50.000,00
Receitas financeiras.....	100.000,00
Aquisição de mercadorias para revenda.....	350.000,00
Despesas de energia elétrica.....	80.000,00
Fretes sobre vendas, cujo ônus coube à companhia.....	40.000,00
Receita da venda de bem do Ativo Imobilizado	20.000,00
Despesas de aluguel de imóvel, pago a uma pessoa física.....	30.000,00

Com base nesses dados, o valor da COFINS não cumulativa, a ser recolhida pela Companhia no mês de junho de 2011, corresponde a, em R\$,

- (A) 19.000,00
(B) 22.800,00
(C) 28.880,00
(D) 21.800,00
(E) 21.280,00



46. É um valor que deve ser adicionado ao lucro contábil antes do imposto de renda para obter o lucro real de uma companhia:
- (A) Resultado positivo da equivalência patrimonial.
 - (B) Gratificação paga aos administradores da companhia.
 - (C) Despesa de depreciação de bens utilizados na produção de bens e serviços.
 - (D) Multa de mora paga por atraso no recolhimento de tributos.
 - (E) Receita de subvenção governamental para investimento.

Instrução: Utilize as informações a seguir para responder às questões 47 e 48.

A Cia. Delta fabricou 40.000 unidades de seu único produto no mês de início de suas atividades. Durante o período, foram vendidas 36.000 unidades ao preço de R\$ 70,00 cada uma. Os custos e despesas da companhia, no referido mês, foram:

Custos e despesas variáveis, por unidade:

– Materiais diretos	R\$ 12,00
– Mão de obra direta.....	R\$ 8,00
– CIF variáveis.....	R\$ 20,00
– Despesas variáveis.....	5% do preço de venda

Custos e despesas fixos totais do mês:

– Mão de Obra da fábrica	R\$ 80.000,00
– Depreciação dos equipamentos industriais	R\$ 20.000,00
– Outros gastos de fabricação	R\$ 60.000,00
– Salários do pessoal da administração	R\$ 50.000,00
– Demais despesas administrativas	R\$ 40.000,00

47. O custo unitário de produção das 40.000 unidades fabricadas, utilizando o custeio por absorção, equivaleu a, em R\$,
- (A) 44,00
 - (B) 40,00
 - (C) 43,50
 - (D) 47,50
 - (E) 46,25
48. Se a companhia utilizar o método do custeio variável, a margem de contribuição unitária é igual a, em R\$,
- (A) 22,50
 - (B) 26,00
 - (C) 30,00
 - (D) 26,50
 - (E) 23,25

49. Dados da Cia. Mongaguá, fabricante do produto X:

Preço unitário de venda.....	R\$ 250,00
Custos e despesas unitários de venda	R\$ 175,00
Custos e despesas fixos	R\$ 225.000,00

Se a companhia tiver como objetivo obter um lucro total de R\$ 325.050,00, ela deverá produzir e vender, em unidades do produto X, a quantidade equivalente a

- (A) 4.334
- (B) 3.000
- (C) 6.228
- (D) 7.334
- (E) 7.925



50. Segundo o Pronunciamento nº 19 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*),
- (A) as participações em entidades controladas em conjunto que forem classificadas como disponíveis para venda devem ser avaliadas pelos empreendedores pelo método da equivalência patrimonial.
 - (B) os empreendedores são encorajados fortemente a reconhecer sua participação em uma entidade controlada em conjunto usando o método da equivalência patrimonial.
 - (C) o pressuposto da existência do controle conjunto de um empreendimento é a existência de um acordo contratual entre os empreendedores por qualquer das formas previstas no referido pronunciamento.
 - (D) o investidor em empreendimento controlado em conjunto é definido como um dos participantes desse empreendimento que compartilha do controle conjunto sobre o empreendimento.
 - (E) cada empreendedor, no caso específico de ativos controlados em conjunto, deve reconhecer sua participação na *joint venture* como investimento e não como ativo imobilizado.
-
51. É uma das práticas adotadas pela companhia aberta que caracteriza uma boa governança corporativa:
- (A) Preponderância da quantidade de ações preferenciais sobre as ordinárias.
 - (B) Incentivo à permanência dos mesmos membros no Conselho de Administração, em virtude do conhecimento acumulado ao longo de suas gestões.
 - (C) Incentivo à concentração de ações em poder dos controladores, visando a melhorar a excelência da administração do negócio.
 - (D) Disputas ou controvérsias entre os acionistas da companhia preferencialmente resolvidas por meio de recurso ao Poder Judiciário.
 - (E) Acionistas minoritários detentores das mesmas condições dadas aos controladores quando da venda do controle da companhia.
-
52. O instrumento de planejamento que compreende o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto é
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) o Anexo Orçamentário de Investimentos.
 - (C) o Anexo de Metas de Investimentos.
 - (D) a Lei Orçamentária Anual.
 - (E) o Plano Plurianual.
-
53. O orçamento composto apenas por assuntos que lhe sejam pertinentes respeita o Princípio da
- (A) Exclusividade.
 - (B) Unidade.
 - (C) Universalidade.
 - (D) Programação.
 - (E) Clareza.
-
54. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:
- (A) Os créditos suplementares e os especiais são abertos por lei de iniciativa do Poder Executivo.
 - (B) A abertura de créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
 - (C) O ato que abrir os créditos adicionais indicará a importância e a espécie dos mesmos e a classificação da despesa, até onde for possível.
 - (D) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
 - (E) O superávit patrimonial é considerado recurso disponível para a abertura dos créditos especiais.
-
55. Sobre a contabilidade pública, é correto afirmar:
- (A) A receita patrimonial é uma espécie de receita de capital.
 - (B) É permitido fazer adiantamento de numerário a servidor já responsável por outro adiantamento.
 - (C) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente liquidadas.
 - (D) Considera-se material permanente, para efeito de classificação da despesa, o de duração superior a 12 meses.
 - (E) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após seu regular empenhamento.



56. O ativo financeiro e os créditos especiais são itens que compõem, respectivamente, os balanços
- (A) financeiro e patrimonial.
 - (B) patrimonial e financeiro.
 - (C) financeiro e orçamentário.
 - (D) orçamentário e patrimonial.
 - (E) patrimonial e orçamentário.
-
57. Se um capital for aplicado, durante 18 meses, a juros simples, a uma taxa de 9,6% ao ano, então o montante no final do período será igual a R\$ 17.160,00. Se este mesmo capital fosse aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 6% ao semestre, os juros seriam, em reais, de
- (A) 1.854,00
 - (B) 1.800,00
 - (C) 1.764,00
 - (D) 1.666,00
 - (E) 1.600,00
-
58. Uma duplicata de valor nominal igual a R\$ 33.000,00 é descontada em um banco, 4 meses antes de seu vencimento, conforme uma operação de desconto comercial simples. Verificou-se que o valor atual deste título foi igual a R\$ 29.700,00. Descontando-se 3 meses antes de seu vencimento um segundo título, também conforme uma operação de desconto comercial simples e com a mesma taxa de desconto mensal do primeiro título, obtém-se um valor atual igual a R\$ 49.950,00. O valor nominal do segundo título, em reais, é igual a
- (A) 51.500,00
 - (B) 52.000,00
 - (C) 52.500,00
 - (D) 54.000,00
 - (E) 55.000,00
-
59. A respeito das modalidades licitatórias, previstas na Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que
- (A) para alienação de imóveis deverá ser sempre adotada a modalidade leilão, independentemente da forma de aquisição pela Administração.
 - (B) concorrência pública internacional constitui modalidade aplicável apenas para as concessões de serviço público.
 - (C) concorrência pública constitui modalidade obrigatória para alienação de imóveis, independentemente da forma de aquisição pela Administração.
 - (D) tomada de preços é a modalidade aplicável para aquisição de bens e serviços de pequeno valor, estimados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
 - (E) concorrência pública constitui modalidade obrigatória para obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e para os demais serviços e compras acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).
-
60. O regime diferenciado aplicado às microempresas e pequenas empresas, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, estabelece
- (A) preferência para oferecimento de lances em pregão eletrônico e dispensa de apresentação de documentação comprobatória de regularidade fiscal.
 - (B) preferência em licitações para contratação de serviços, assegurando a escolha de sua proposta no caso de empate com a mais bem classificada ou, ainda, quando superior a esta, em até 20%.
 - (C) tratamento diferenciado em licitações, assegurando a preferência de contratação quando sua proposta for até 5% superior à proposta mais bem classificada, em casos de pregão, e até 10% superior, nas demais modalidades.
 - (D) participação no certame em igualdade de condições com os demais licitantes, dispensando-se, contudo, a apresentação de todos os documentos de habilitação, que somente serão exigidos no momento da assinatura do contrato.
 - (E) direito de ser subcontratada pela empresa vencedora de licitação, em percentual máximo de 50% do objeto, assegurando a compatibilidade de preços com o mercado.

**REDAÇÃO**

Instruções: A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela banca examinadora.

Na Prova de Redação deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A especialização é uma tendência que parece cada vez mais irresistível, principalmente por conta da insuperável profundidade que pode ser atingida pelo especialista em seu campo específico de conhecimento. Contudo, a esse aprofundamento em determinada área costuma corresponder, nos casos mais extremos, a ignorância de outros especialistas em outras áreas, ainda que muitas vezes bastante próximas dela. O risco é tornar-se cada vez mais difícil um olhar mais abrangente e uma compreensão mais ampla dos problemas que surgem.

A partir das reflexões acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo, posicionando-se em relação ao seguinte tema:

A abertura do foco para além do campo de visão do especialista

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	